

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAÇUAÍ – JQ2



ATA DE REUNIÃO

13ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí – CBH JQ2

1 Aos quinze dias do mês de março de 2023, às nove horas, os conselheiros reuniram pela
2 plataforma do *Google Meet* para a 13ª Reunião Ordinária do CBH JQ2. Estiveram
3 presentes 16 conselheiros entre titulares e suplentes: Hellen Karine Campos Teixeira,
4 Èrika Soares Batista, Janaína Melo Batista, Simone Aparecida Alves Pinheiro, Valdecir
5 Lopes Viana, Geverson Ferreira Neves, Renato de Souza Jardim, Marcos Vinícius L.
6 Santos, Herculano Campos Gusmão, Edelço Aparecida Nunes, Laila Tupinambá Mota,
7 Cléa Amorim de Araújo, Josias Gomes Ribeiro Filho, Antônio Gomes Santos, Izabel
8 Cristina Marques e Rafael Petruceli Coelho Lima. A presidente Cléa Amorim de Araújo
9 cumprimentou a todos, verificou o quórum, agradeceu a presença dos conselheiros,
10 convidados, Maria de Lourdes e Jeane Maia, da Gerência de Apoio aos Comitês e os
11 inscritos que acompanhavam pelo *youtube*. Não havendo nenhuma consideração sobre a
12 pauta, deu prosseguimento a reunião com a mobilização e eleição para o cargo vacante
13 de vice- presidente do CBH JQ2. Abriu a discussão, e solicitou que os conselheiros se
14 manifestassem a compor o referido cargo em vacância. Simone Aparecida, representante
15 do poder público municipal, manifestou interesse. A conselheira Izabel Marques frisou a
16 importância da participação e apoio efetivo de todos os conselheiros junto as atividades
17 da diretoria e do comitê, para evitar sobrecarga entre os membros. Sem mais
18 manifestações, após apreciação da plenária, foi aprovada com unanimidade, como Vice
19 Presidente, a conselheira Simone Aparecida Alves Pinheiro. Diante do assunto sobre
20 eleições 2023, a presidente solicitou a Maria de Lurdes que esclarecesse sobre a discussão
21 recente referente a união de comitês para gestão. Maria de Lourdes explanou que foi
22 instituído um grupo específico para estudos do assunto, com o intuito de operacionalizar
23 o instrumento de cobrança pelo uso da água nesses territórios, e deu alguns exemplos
24 sobre a união de alguns comitês. Finalizou dizendo que no caso específico das unidades
25 de planejamento de gestão de recursos hídricos (UPGRH's) dos comitês do Jequitinhonha
26 (JQ 1, JQ2 E JQ3) e Mucuri (MU 1), ainda está em fase a marcação de reuniões isoladas
27 e conjuntas, de forma gradativa e participativa, para retorno das discussões e tomada de

1 decisão de forma coletiva. O conselheiro Josias Gomes mencionou que é primeira vez
2 que o assunto vem para a plenária, e julga importante. Frisou ainda da insipiência do
3 instrumento de cobrança na maioria das bacias de minas, sendo já aprovado pelo comitê,
4 e que não passou na plenária a Deliberação Normativa da Cobrança (DN). Maria de
5 Lourdes confirmou que passou em plenária, juntamente com o mecanismo de cobrança,
6 sendo inclusive já aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH). Na
7 sequência Clea Amorim apresentou o projeto de Lei FHIDRO 2885/2021, sendo debatido
8 no Fórum Mineiro dos Comitês de Bacias de Minas Gerais (FMCBH-MG). De acordo
9 com a presidente existe um recurso de 918 milhões de reais na eminência de retornar aos
10 cofres públicos com prazo previsto para 31 de março de 2023, e citou que está ocorrendo
11 um movimento dentro do FMCBH-MG e na Câmara de Deputados em Belo Horizonte,
12 para adiar o prazo de encerramento para que propostas possam ser enviadas para captação
13 deste recurso. Maria de Lourdes complementou que o Instituto de Gestão das Águas de
14 Minas Gerais (IGAM) já fez, há 2 anos, a solicitação de alteração no prazo da referida lei,
15 não sendo aprovado ainda pela assembleia, e apenas prorrogada até dezembro deste ano.
16 Clea Amorim ainda deixou claro que outra alteração solicitada e necessária é a redução
17 da burocracia na lei, sendo confirmada pela Maria de Lourdes que foi levado em
18 consideração essa causa na revisão supracitada, pelo entendimento da dificuldade de
19 aprovação dos projetos submetidos. Na oportunidade, Clea Amorim destacou a
20 importância da participação dos conselheiros nas capacitações. Maria de Lourdes citou
21 que duas capacitações encontram-se abertas, sendo enviadas a todos por e-mail, e também
22 frisou a baixa adesão dos conselheiros e a importância da participação, manifestando
23 ainda sua frustração com a baixa frequência, devido as necessidades dos comitês e do
24 esforço na organização. Jeane Maia comunicou os temas abertos no momento: “Noções
25 de águas subterrâneas” e “Boas práticas para gestão participativa”. Deixou o link no *chat*
26 para acesso na Semana da Água e dos referidos cursos. Maria de Lourdes finalizou com
27 a importância dos conselheiros entenderem o seu papel e do comitê na gestão das águas
28 e aplicação dos instrumentos, bem como conhecimento do regimento interno do colegiado.
29 Jeane Maia complementou que a participação em capacitações também é um indicador
30 do Programa Pró-Comitês, aderido pelo CBH JQ2. No ponto de pauta de debates,
31 questionamentos e esclarecimentos, o conselheiro Josias Gomes solicitou a retomada das
32 discussões sobre a turbidez da água na Barragem do Rio Setúbal, afluente do Rio Araçuaí,
33 em Grupo de Trabalho (GT) estabelecido para tal fim, e destacou a importância do resgate
34 da documentação a ser discutida e da cobrança junto a Secretaria de Estado de Agricultura,

1 Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (SEAPA-MG). A presidente corroborou com
2 a importância da fala do conselheiro, explanou sobre o processo já iniciado no comitê na
3 gestão do conflito pontuado desde o ano de 2018, que encontra-se na comarca de Minas
4 Nova em análise, e descreveu o histórico do problema. A conselheira Izabel Marques
5 destacou que além da questão solo na área da barragem em questão, existe a degradação
6 do território da microbacia, sendo a pesquisa de diagnóstico fundamental na solução e
7 proposta de gestão da água. Helen Teixeira manifestou que acredita que o problema na
8 barragem não tem solução, diante do que foi apresentado, pela localidade do
9 empreendimento. Josias Gomes destacou que o projeto proposto e local de
10 implementação foram adequados, mas foi negligenciado. Sendo obrigação do estado ter
11 suas responsabilidades cumpridas desde sua implementação até a operação, mas que falta
12 interesse e vontade política em resolver a situação. Helen concordou com a questão da
13 tecnologia avançada no projeto, mas complementou sobre a falha na análise do solo, por
14 não levarem em consideração o aspecto da formação geológica do local. Clea Amorim
15 comunicou que será discutido entre os membros o retorno das reuniões da Câmara
16 Técnica de Planejamento (CTPLAN) e GT's, para definição de datas e pautas. Jeane Maia
17 comunicou sobre o andamento do Processo Eleitoral 2023, com ênfase no cronograma de
18 ações, em especial das reuniões com representantes de habilitados para definição de
19 titularidade e suplência. A presidente falou dos encaminhamentos, lembrou da reunião
20 presencial nos dias 17 e 18 de maio de 2023 em São Gonçalo do Rio Preto, agradeceu a
21 todos pela presença e deu por encerrada a reunião. Eu, Izabel Cristina Marques, lavrei
22 esta ata, que após lida será submetida à aprovação da plenária.